

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO, JOÃO DE OLIVEIRA RODRIGUES FILHO, DA 1ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA CAPITAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Falência nº. 1095013-73.2018.8.26.0100

ACFB ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL LTDA. (“Administradora Judicial”), já qualificada nestes autos, na qualidade de Administradora Judicial nomeada na Falência da empresa OMNINVEST DO BRASIL PARTICIPAÇÕES E SERVIÇOS LTDA. e CONSTRUÇÕES CONSULTORIA E OBRAS - CCO LTDA (“OMNINVEST”, “CCO” ou “Falidas”), por meio de seus representantes legais, vem, respeitosamente, à presença de V. Exa., apresentar RELATÓRIO INICIAL DA FALÊNCIA, requerendo a sua juntada nos autos.

Termos em que,

Pede e espera deferimento.

São Paulo, 30 de novembro de 2021.

ACFB ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL LTDA.

Antonia Viviana S. O. Cavalcante
OAB/SP nº 303.042

Fernando Bonaccorso
OAB/SP nº 247.080

Alyne Wisniewski de Souza
OAB/SP 437.532

Robson da Silva Delgado
OAB/SP nº 384.634

Jaqueline Renata dos Santos de Oliveira
OAB/SP nº 345.474

Anderson da Silva Menezes
OAB/SP nº 384.934

Celeste Aparecida Tobias
OAB/SP nº 446.513

Natália Arantes Gonçalves Chaves
OAB/SP nº 448.971

Rafaela Gouveia de Mello
OAB/SP nº 445.536

Jessica Riobranco da Silva
OAB/SP nº 456.105

I – BREVE RELATO ACERCA DO PROCESSO

1. Trata-se de pedido de falência ajuizado em 12.09.2018, por Araguaia Construtora Brasileira de Rodovias Ltda. em face de Omninvest do Brasil Participações e Serviços Ltda. e Construções Consultoria e Obras - CCO Ltda., em razão do inadimplemento de acordo judicial realizado em ação de execução de título extrajudicial nº 0225747-18.2007.8.26.0100, referente à duplicata de Prestação de Serviços protestado e não pago (**fls. 01/06**).
2. A citação da empresa Omninvest foi efetivada no dia 29.02.2020 (**fl. 117**) e da empresa CCO Ltda. no dia 01.05.2021 (**fl. 240**), bem como, nos dias 13.03.2020 e 21.05.2021, foram apresentadas contestações pelas empresas. (**fls. 148/162 e 241/245**).
3. Após regular trâmite processual, no dia 16.11.2021, esse D. Juízo proferiu sentença decretando a falência das empresas Omninvest do Brasil Participações e Serviços Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.216.148/0001-19, e Construções Consultoria e Obras - CCO Ltda, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.685.378/0001-76 (**fls. 649/654**), nomeando como Administradora Judicial a empresa ACFB Administração Judicial Ltda., a qual prestou compromisso nos autos (**fl. 665**).
4. Esta é a breve síntese do quanto processado até o momento.

II - INFORMAÇÕES RELEVANTES ACERCA DA FALIDA

5. Através de pesquisas administrativas efetuadas pela Administradora Judicial, foi possível apurar importantes informações acerca das Falidas, quais sejam:

- **OMNINVEST DO BRASIL PARTICIPAÇÕES E SERVIÇOS LTDA.**

- OBJETO SOCIAL

Receita Federal (doc. 01): Principal: 61.90-6-01 - Provedores de acesso às redes de comunicações

JUCESP: (doc. 02): Provedores de acesso às redes de comunicações

DATA DA CONSTITUIÇÃO E DO INÍCIO DAS ATIVIDADES (vide doc. 02)

Data de Constituição	Início das Atividades	Data da Transformação como Eireli
03.01.2001	06.11.2000	30.01.2015

ENDEREÇO (vide doc. 02)

Alameda dos Maracatins, 992, Cj. 71, Indianópolis, São Paulo, CEP: 04089-001

CAPITAL SOCIAL (vide doc. 02)

R\$ 7.610.000,00 (sete milhões e seiscentos e dez mil reais)

-QUADRO SOCIETÁRIO (vide doc. 02):

Sócio	Percentual do Capital Social	Montante do Capital Social em R\$
João Alves Brasileiro (CPF: 007.369.106-20)	100%	R\$ 7.610.000,00
TOTAL	100%	R\$ 7.610.000,00

- ADMINISTRAÇÃO:

A administração da sociedade era exercida pelo sócio João Alves Brasileiro (vide doc. 02).

- CONSTRUÇÕES CONSULTORIA E OBRAS - CCO LTDA

- OBJETO SOCIAL

Receita Federal (doc. 01): Principal: 71.12-0-00 - Serviços de engenharia

Atividade Secundária: 42.21-9-04 - Construção de estações e redes de telecomunicações

JUCESP: (doc. 02): Construção de edifícios, Serviços de engenharia, Serviços de desenho técnico relacionados à arquitetura e engenharia, outras atividades de prestação de serviços de informação não especificadas anteriormente. Existem outras atividades.

DATA DA CONSTITUIÇÃO E DO INÍCIO DAS ATIVIDADES (vide doc. 02)

Data de Transferência da Sede para São Paulo

11.11.2004

Início das Atividades

01.07.1995

ENDEREÇO (vide doc. 02)

Alameda dos Maracatins, 992, Cj. 73, Indianópolis, São Paulo, CEP: 04089-001

CAPITAL SOCIAL (vide doc. 02)

R\$ 7.650.000,00 (sete milhões e seiscentos e cinquenta mil reais)

-QUADRO SOCIETÁRIO (vide doc. 02):

Sócio	Percentual do Capital Social	Montante do Capital Social em R\$
João Alves Brasileiro (CPF: 007.369.106-20)	7,29%	R\$ 10.500,00
Omninvest do Brasil Participações e Serviços Ltda.	92,71%	R\$ 7.639.500,00
TOTAL	100%	R\$ 7.650.000,00

- ADMINISTRAÇÃO:

A administração da sociedade era exercida pelo sócio João Alves Brasileiro, com término de mandato em 20.06.2017 (vide doc. 02).

6. Entende-se serem estas as informações essenciais acerca da Falida que devem ser transmitidas a esse D. Juízo nessa fase inicial dos trabalhos.

III - PROVIDÊNCIAS PARA TENTATIVA DE LOCALIZAÇÃO BENS DA FALIDA

7. Com o fito de realizar a tentativa de localização de bens das Falidas, a Administradora Judicial entende ser necessária a realização das seguintes providências:

- (i) **realização de pesquisa pelo convênio ARISP, RenaJud e BacenJud**, visando identificar a existência de bens ou direitos de propriedade da Falida;

- (ii) expedição de ofício à Receita Federal do Brasil solicitando o encaminhamento de cópias das declarações de imposto de renda dos últimos 05 (cinco) anos-calendário já encerrados das falidas;
- (iii) expedição de ofício ao Banco Central do Brasil (Av. Paulista, 1804, Bela Vista, São Paulo/SP, CEP: 01310-922), a fim de verificar a existência de títulos públicos de propriedade da Falida, por meio do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), responsável pela custódia, registro e liquidação de títulos escriturais de emissão do Tesouro Nacional; e
- (iv) expedição de ofício à todas as instituições financeiras solicitando o encaminhamento dos extratos bancários contendo a movimentação bancária das falidas desde o termo legal da falência, qual seja, a partir de 13.06.2018.

IV - DO ENVIO DOS OFÍCIOS DETERMINADOS NA SENTENÇA

- 8. Esse D. Juízo determinou que a Administradora Judicial realizasse o envio de ofícios para diversos órgãos informando acerca da decretação da falência e requerendo a adoção de medidas.
- 9. Desta forma, a Administradora Judicial requer a juntada dos inclusos comprovantes de envio dos ofícios determinados (**doc. 03**).

V - DA DILIGÊNCIA DE LACRAÇÃO E ARRECADAÇÃO NA SEDE DAS FALIDAS

- 10. No dia 22.11.2021, por volta das 14h, a Administradora Judicial realizou diligência no endereço da sede das Falidas, consoante contido no *website* da Junta Comercial do Estado de São Paulo, quais sejam, Alameda dos Maracatins, 992, conjuntos 71 e 73, Indianópolis, São Paulo, tendo constatado que as Falidas **não** se encontram mais sediadas no local, consoante informação prestada pelo porteiro do edifício que se identificou como Luís, informando que há pelo menos 1 (um) ano e meio as empresas não estão mais naquele local e que, por diversas vezes, houve diligências de oficiais de justiça naquele local sem êxito e que há várias correspondências endereçadas àquele local não entregues.



(imagem extraída no dia da diligência realizada pela Administradora Judicial)

11. Desta forma, considerando que as Falidas possuem patronos constituídos nos autos, **pugna-se** pelas suas intimações para que informem a localização dos bens de propriedade das Falidas, visando possibilitar a sua arrecadação.
12. Por fim, em razão da não localização das Falidas, resta prejudicada a continuidade provisória de suas atividades.

VI - DA RELAÇÃO NOMINAL DE CREDITORES E MINUTA DE EDITAL

13. De proêmio, a Administradora Judicial informa que **não há nos autos** a relação nominal dos credores contendo o endereço, importância, natureza e classificação dos respectivos créditos, de modo que **requer** a juntada da inclusa minuta do Edital previsto no art. 99, § 1º da Lei 11.101/2005 (**doc. 04**), para publicação do Diário de Justiça Eletrônico, ressalvando-se que o edital foi elaborado sem a indicação dos credores, haja vista que ainda não houve a apresentação da relação de credores pelas Falidas.

14. Dessa forma, a Administradora Judicial **informa** que a referida minuta se encontra em consonância com as diretrizes de padronização contidas no Comunicado CG nº 876/2020 e que o arquivo em Word foi enviado diretamente à z. Serventia, através de correio eletrônico direcionado ao e-mail: sp1falencias@tjsp.jus.br (doc. 05).

VI - DO ENDEREÇO ELETRÔNICO DA ADMINISTRADORA JUDICIAL

15. Em cumprimento ao quanto determinado por esse D. Juízo, a Administradora Judicial informa que possui *website* na internet (www.acfb.com.br) contendo as informações acerca do presente feito e opção de consulta às peças principais do processo.

16. Ademais, informa que os pedidos de habilitação ou apresentação de divergências, ambos em âmbito administrativo deverão ser encaminhados diretamente à Administradora Judicial através do correio eletrônico: contato@acfb.com.br

VII - DA CIENTIFICAÇÃO DAS FAZENDAS E DOS INCIDENTES DE CRÉDITO

17. Consoante determinado na r. sentença proferida nos autos, foi determinada a comunicação às Fazendas da União, do Estado de São Paulo e dos municípios nos quais as falidas possuem sede, a ser providenciadas pela Z. Serventia, de forma que restou determinado à Administradora Judicial a promoção da instauração de incidente de crédito de cada Fazenda, para fins de cumprimento do art. 7-A da Lei 11.101/05, notadamente, para inclusão dos débitos fiscais no QGC.

18. Dessa forma, a Administradora Judicial **aguarda** a comunicação das Fazendas da União, do Estado de São Paulo e do município a ser realizado pela Z. Serventia, bem como **informa** que a distribuição dos incidentes se encontra em trâmite de forma que tão logo sejam distribuídos, será noticiado nos presentes autos.

VIII - DOS REQUERIMENTOS PARA REGULAR PROSSEGUIMENTO

19. Diante de todo o acima exposto, visando o regular prosseguimento da marcha processual falimentar e considerando a relevância das informações noticiadas nos autos, a Administradora Judicial:

- (i) **cientifica** esse D. Juízo acerca do resultado infrutífero da diligência de arrecadação e lacração realizada no endereço da sede da Falida, bem como **informa** que, em razão da não localização das Falidas, resta prejudicada a continuidade provisória de suas atividades;
- (ii) **informa** que, em razão da não localização das Falidas e de bens passíveis de arrecadação, por ora, resta impossibilitada de realizar a apresentação de plano detalhado de realização dos ativos, ante a inexistência de ativos até o momento;
- (ii) **pugna** pela intimação das Falidas, nas pessoas de seus patronos constituídos nos autos, para que informem a localização dos bens de propriedade das Falidas, visando possibilitar a sua arrecadação;
- (iii) **requer** a realização de pesquisa pelo convênio ARISP, RenaJud e BacenJud, visando identificar a existência de bens ou direitos de propriedade da Falida;
- (iv) **requer a expedição de ofício à Receita Federal do Brasil** solicitando o encaminhamento de cópias das declarações de imposto de renda dos últimos 05 (cinco) anos-calendário já encerrados; e
- (v) **requer a expedição de ofício ao Banco Central do Brasil** (Av. Paulista, 1804, Bela Vista, São Paulo/SP, CEP: 01310-922), a fim de verificar a **existência de títulos públicos de propriedade da Falida, por meio do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic)**, responsável pela custódia, registro e liquidação de títulos escriturais de emissão do Tesouro Nacional

- (vi) **requer a expedição de ofício à todas as instituições financeiras** solicitando o encaminhamento dos extratos bancários contendo a movimentação bancária das falidas desde o termo legal da falência, qual seja, a partir de 13.06.2018, com a ressalva de que a pesquisa quanto a existência de contas deve ser realizada inclusive em outros estados, especialmente nas agências do estado de Minas Gerais, estado em que a empresa esteve sediada anteriormente;
- (vii) **requer** a juntada dos inclusos comprovantes de envio dos ofícios determinados (**doc. 03**);
- (viii) **requer** a juntada da inclusa minuta do Edital previsto no art. 99, § 1º da Lei 11.101/2005 (**doc. 04**), para publicação do Diário de Justiça Eletrônico, ressaltando que o arquivo em Word foi enviado diretamente à z. Serventia, através de correio eletrônico direcionado ao e-mail: sp1falencias@tjsp.jus.br (**doc. 05**);
- (ix) **informa** que possui *website* na internet (www.acfb.com.br) contendo as informações acerca do presente feito e opção de consulta às peças principais do processo;
- (x) **informa** que os pedidos de habilitação ou a apresentação de divergências, ambos em âmbito administrativo deverão ser encaminhados diretamente à Administradora Judicial através do correio eletrônico: contato@acfb.com.br
- (xi) **informa** que a distribuição dos incidentes de crédito que alude o art. 7º-A da Lei 11.101/05 encontra-se em trâmite, de forma que tão logo sejam distribuídos, será noticiado nos presentes autos;

- (xii) **requer** o levantamento do caução depositado no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) (fls. 112/113) para custeio das suas atividades iniciais e despesas.

IX - ENCERRAMENTO

20. Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários e ressaltamos que será uma grande honra ter a oportunidade de servir a esse Juízo, em especial, a Vossa Excelência em sua nobre missão de conduzir com zelo e diligência os processos de recuperações judiciais e falências.

Termos em que,

Pede Deferimento.

São Paulo, 30 de novembro de 2021.

ACFB ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL LTDA.

Antonia Viviana S. O. Cavalcante
OAB/SP nº 303.042

Fernando Bonaccorso
OAB/SP nº 247.080

Alyne Wisniewski de Souza
OAB/SP 437.532

Robson da Silva Delgado
OAB/SP nº 384.634

Jaqueline Renata dos Santos de Oliveira
OAB/SP nº 345.474

Anderson da Silva Menezes
OAB/SP nº 384.934

Celeste Aparecida Tobias
OAB/SP nº 446.513

Natália Arantes Gonçalves Chaves
OAB/SP nº 448.971

Rafaela Gouveia de Mello
OAB/SP nº 445.536

Jessica Riobranco da Silva
OAB/SP nº 456.105